

A SUBIDA DAS TAXAS MODERADORAS NO SNS

LUÍS
DRUMMOND
BORGES*



Não nos podemos esquecer de que as medidas implementadas com o Orçamento de Estado de 2012 onde, de entre outras, resulta o aumento das taxas moderadoras, assentam num contexto económico-financeiro verdadeiramente difícil, onde o Estado necessita de assistência financeira internacional para conseguir cumprir com as suas responsabilidades.

Acresce ainda o facto de ser necessário eliminar o discurso político de manipulação dos números relativamente às contas do setor. A existência de vários números relativos ao défice do Sistema Nacional de Saúde (SNS), consoante as correntes políticas e/ou os interesses a defender, não permite ter a sensibilidade para a verdadeira dimensão do problema e conseqüentemente inferir do excesso ou defeito das medidas inscritas no Orçamento de 2012.

O Sistema Nacional de Saúde é de capital importância para o país e implica que todos os envolvidos tenham obrigatoriamente de contribuir e lutar pela sua qualidade e sustentabilidade, independentemente do seu papel enquanto prestadores, utentes, financiadores, reguladores ou associações e ordens. Todos devem atuar, quer seja na sua esfera pública,

privada ou social.

As taxas moderadoras têm como objetivo "regular" a utilização do SNS, ao mesmo tempo que se procede a um acréscimo do financiamento privado do mesmo. O intuito é que os utentes usem de forma eficaz o Serviço Público: por um lado, privilegiando os pontos de atendimento ligados aos cuidados primários, tais como os centros de saúde ou unidades de cuidados familiares e utilizando a Linha 24 antes de usufruir dos serviços das unidades centrais hospitalares de segunda linha e, por outro, procurando os serviços de urgência apenas para situações de caráter de gravidade que não admitam demora (podendo sempre utilizar a Linha 24 como elemento de esclarecimento e triagem).

Assim sendo, prevê-se que as taxas moderadoras cumpram o seu objetivo e que

O SNS é de capital importância para o país e implica que todos tenham de lutar pela sua sustentabilidade

se venha a verificar uma melhor utilização dos serviços de cuidados primários, que tem de ser uma das apostas centrais da política da saúde e uma diminuição da afluência aos serviços hospitalares centrais, nomeadamente às urgências hospitalares.

As taxas moderadoras do SNS para a população não isenta poderão ser um estímulo para a aquisição de seguros de

saúde para os utentes que não tenham (dependendo do rendimento disponível dos mesmos) e/ou a confirmação do crescimento de custos de ambulatório para todos os utentes que já possuam seguros de saúde.

O setor privado de saúde, nomeadamente, as seguradoras, poderão optar por ajustar também os seus mecanismos de copagamentos e/ou participações das taxas moderadoras do SNS, bem como, ajustar os seus produtos e serviços de forma a poder captar mais pessoas seguras, através de produtos com uma elevada escala de coberturas e riscos de forma a flexibilizar o preço do seguro de saúde.

**Diretor Geral (CEO) da AdvanceCare - Gestão de Serviços de Saúde, S.A.*